



# Gap de gênero na ciência em tempos de COVID-19: um panorama do Brasil

*Márcia Maria Tait Lima\**

*Rebeca Buzzo Feltrin\*\**

*Gedalva de Souza\*\*\**

## Resumo

No Brasil, embora as mulheres sejam maioria nos cursos de pós-graduação, ainda enfrentam dificuldades de se manterem e de ascenderem nas carreiras acadêmicas. O androcentrismo das universidades, o ambiente extremamente competitivo, somado à sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados tradicionalmente impostos às mulheres, faz com que elas sejam penalizadas nessas carreiras. No período da pandemia de COVID-19, onde as pesquisadoras estão trabalhando remotamente, essas dificuldades ficaram mais evidentes, se traduzindo em diminuição de produção e ampliando as desigualdades de gênero na academia. A proposta do artigo é discutir os desafios enfrentados pelas pesquisadoras em meio à pandemia e as potencialidades, trazidas pela crise, de mudança na lógica de trabalho desigual na

---

\* Pós-doutoranda e professora colaboradora junto ao Departamento Política Científica e Tecnológica da Unicamp, com bolsa PNPd/CAPES. Correo electrónico: <marcia.tait@gmail.com>

\*\* Pós-doutoranda e professora colaboradora junto ao Departamento Política Científica e Tecnológica da Unicamp, com bolsa PNPd/CAPES. Correo electrónico: <rebecafeltrin@gmail.com>

\*\*\* Doutoranda junto ao Departamento Política Científica e Tecnológica da Unicamp, com bolsa CAPES. Correo electrónico: <gedalvad25@gmail.com>

academia. Neste sentido, o referencial teórico-metodológico adotado foi ancorado nas abordagens dos estudos feministas sobre as desigualdades de gênero na sociedade e na ciência. Após uma contextualização da desigualdade de gênero no Brasil atual, incluindo o contexto acadêmico, discutiu-se sobre como a reestruturação do trabalho acadêmico em tempos de pandemia tem impactado de forma distinta as pesquisadoras, especialmente aquelas que são mães. O artigo termina com reflexões sobre as potencialidades da crise em promover a ruptura com o paradigma atual, excludente e produtivista, de produção do conhecimento.

## **Palavras- chave**

MULHERES; CIÊNCIA; DESIGUALDADE; CUIDADO; PANDEMIA DE COVID-19.

## Introdução

A pandemia de COVID-19 tem acelerado diversos processos de mudança na vida social, cultural e econômica de nossa sociedade. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) de isolamento social para evitar a propagação da doença é adotada por diferentes países ao redor do mundo. Entretanto, nos países mais pobres, tais estratégias preconizadas pela OMS são muitas vezes impossíveis de serem seguidas por grande parte da população que vive em favelas, casas insalubres, pequenas e compartilhadas com várias pessoas (Esmili, 2020). Da mesma forma, as exigências de dobrar a higiene pessoal são distantes da realidade do 37,2% da população brasileira que possui restrições aos serviços de saneamento básico. O modelo de trabalho remoto, popularmente chamado de “home office”, também é um luxo em um país como o Brasil, em que 20,1% da população tem restrições de acesso à Internet (IBGE, 2019), acessando-a majoritariamente pelo celular e utilizando “pacotes” de dados limitados em termos de quantidade de dados mensais e velocidade. Além disso, 12,2% da população em idade produtiva está desempregada e outros 39,9% vive na informalidade.<sup>1</sup>

Jasanoff (2020) analisa como um determinado modelo de saúde foi amplamente aceito em contextos completamente distintos, tendo suas regras disseminadas tão rapidamente quanto o próprio vírus. Assim, a partir de uma visão universal da ciência –a qual ignora as particularidades das diferentes realidades e populações– os

---

<sup>1</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) este grupo é composto por: trabalhadores sem carteira –incluindo domésticos–, empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), aqueles por conta própria –sem CNPJ– e trabalhadores familiares auxiliares (IBGE, 2020a).

conceitos de saúde, bem-estar e modelos de prevenção da COVID-19 elaborados a partir da visão do Norte global acabam sendo generalizados para o resto do mundo.

Em entrevista Judith Butler –dentro do contexto das abordagens desenvolvidas por ela sobre o tema da violência, desigualdade e luto– analisou como as sociedades ocidentais modernas de maneira geral definem que apenas algumas vidas são passíveis de luto e consideradas verdadeiramente humanas, enquanto outras, são submetidas a violência constante e sofrem uma “injustiça radical”. A autora conclui convocando à uma luta coletiva pela “igualdade radical”. Esses processos produtores de injustiças ficam mais evidentes em sociedades onde as desigualdades –em suas várias dimensões, que incluem gênero e raça– são mais agudas (Butler, 2020). Podemos dizer que a “injustiça radical” no contexto atual de pandemia em países profundamente desiguais e violentos, como o Brasil, ficou ainda mais visível. Essas diferenças sociais atingem principalmente populações vulnerabilizadas por processos de racialização, marginalidade socioeconômica, de genderificação e sexualidades dissidentes, como a comunidade LGBTQI+.<sup>2</sup>

No caso brasileiro é necessário considerarmos que tais desigualdades são construídas articulando dimensões múltiplas e interrelacionadas, como gênero, sexualidades, cor/raça e nível socioeconômico. É notório, por exemplo, no estado de São Paulo, que apresenta 39% dos lares “chefiados” por mulheres –principalmente pretas e pardas– e que recebem rendimentos 41% inferiores das famílias chefiadas

---

<sup>2</sup> Os principais impactos da pandemia apontados por membros da comunidade LGBTQI+ brasileira foram a piora da saúde mental, a desconexão com suas redes de apoio e a falta de dinheiro. Esses fatores intensificaram a vulnerabilidade física –como vítimas de violência–, emocional, social e financeira a qual parte da população LGBTQI+ é historicamente submetida e faz com que essas pessoas sofram impactos mais significativos na vida e nos meios de subsistência durante a pandemia, intensificando a exposição as violências e exclusões. (#votelGBT+ e BOX1824, 2020; Marsiaj, 2003).

por homens (SEADE, 2020). No Brasil, o número total de lares chefiados por mulheres é de 28,5% (Costa, 2018).

Para as mulheres brasileiras, em geral, as preocupações atuais têm ido muito além do vírus em si. Incluem as dificuldades em conciliar o trabalho com os cuidados da casa e dos filhos e, para quase um terço delas, em manterem o sustento da família. O aumento dos casos de violência contra a mulher registrados na maioria dos países que vivenciam a pandemia também se impõe. Segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), no período de isolamento, os canais de denúncia de violência de gênero por telefone no Brasil “Disque 100” e “Ligue 180” tiveram um aumento de 9% no número de ligações recebidas, enquanto o número de denúncias de violência contra a mulher ocorridas –registradas e/ou denunciadas– no país registrou um aumento de 18% (MMFDH, 2020).

Tais questões somam-se ao fato de que as mulheres são as principais “cuidadoras”, seja de seus pais idosos e de seus filhos ou como trabalhadoras na área do Care –enfermeiras, fisioterapeutas, cuidadoras de idosos, etc. (Guimarães, Hirata e Sugita, 2011). No Brasil, elas representam 85% dos profissionais da enfermagem (Machado, 2017), podendo assim estarem mais vulneráveis a contraírem o coronavírus.

As tensões impostas pela pandemia do coronavírus tornaram constantes as disputas pelo direito à prevenção/proteção à vida e ao trabalho, expressa no falso dilema: vida *versus* economia, que esteve presente em diversos momentos nos meios de comunicação. Além disso, esse contexto evidenciou quem eram aqueles e, principalmente, aquelas que deveriam pagar com a sobrecarga de trabalho ou com exposição ao vírus para dar continuidade à produtividade global.

As desigualdades sociais, a pobreza, o desemprego, que já faziam parte da vida dos cidadãos e cidadãs brasileiros bem antes da pandemia, foram aprofundadas no

período recente por políticas neoliberais e de “austeridade”, que retiraram do Estado a responsabilidade de amparar os mais vulneráveis –redução dos direitos trabalhistas, reforma da previdência, et cetera. Sendo assim, o falso dilema entre preservar a vida ou a economia, esconde os interesses de elites e grupos historicamente portadores de privilégios em manterem seus ganhos durante uma crise humanitária e sanitária às custas dos mais vulneráveis. A necessidade de que os Estados adotem medidas de proteção social efetivas, como é o caso da renda básica de universal –já adotada em alguns países–,<sup>3</sup> tem se mostrado como possibilidades de saídas para minimizar os riscos e perda de vidas.

Neste contexto, a pandemia nos mostra também as fragilidades de nossas democracias em gestar e implantar políticas mais adequadas para o cuidado comum e para a manutenção da vida e que possam dar conta da interdependência entre humanos, bem como, as fragilidades de nossos corpos (Di Cesare, 2020; Pérez Orozco, 2014).<sup>4</sup> O olhar das teorias feministas que traremos neste artigo vão, justamente, afrontar a esse dilema criado pelas economias entre produção versus

---

<sup>3</sup> No Brasil foi implementada pelo governo federal durante o período inicial de três meses o chamado “auxílio emergencial” no valor de seiscentos ou mil e duzentos reais –pagos pelo banco estatal Caixa Econômica Federal– para pessoas já atendidas por programas sociais, microempreendedores individuais e outros trabalhadores que perderam renda. A medida, recomendada pela ONU (2020) durante o período, tem sido vista no Brasil como uma forma de “renda básica”, ainda que emergencial e não universal (Brasil – Governo Federal, 2020).

<sup>4</sup> Em seu artigo, Donatella Di Cesare coloca os limites e ciladas de uma “democracia imunitária”, que pode acirrar preconceitos, racismos e controles, justificados pela “fobia do contágio”. Para a autora existe um déficit de criticidade em relação aos modelos de democracia –focando apenas em como defender ou melhorar– que pouco questiona o quanto a maioria deles possui uma forte relação com as fronteiras, o discurso do medo do outro e de terror ao que é externo (Di Cesare, 2020).

reprodução/cuidado, que continua sendo reproduzido e determinando as normas e as formas de organização da sociedade e do trabalho, inclusive, no contexto da produção científica e carreiras acadêmicas.

A partir do impacto diferenciado da pandemia sobre as mulheres, a proposta deste artigo é discutir os desafios enfrentados pelas pesquisadoras –em especial, as brasileiras e que exercem a maternidade e cuidados– e também as potencialidades trazidas pela crise para realização de mudança em lógicas reprodutoras de desigualdades na academia.

Vale destacar que as pesquisadoras a qual nos referimos neste artigo estão alocadas quase que exclusivamente em universidades públicas brasileiras, espaços que concentram 99% da pesquisa produzidas no país (Cross, Thomson e Sinclair, 2018). Além disso, o perfil apresentado por essas mulheres é composto majoritariamente por mulheres brancas e não foram encontrados em nossas pesquisas dados estratificados sobre a população LGBTQI+. Esses dados ou a ausência deles evidenciam a necessidade da produção de mais levantamentos, indicadores e estudos para um entendimento das intersecções entre elementos que geram discriminação e desigualdade entre as mulheres acadêmicas ou penalizam ainda mais algumas mulheres. No entanto, não serão foco deste artigo em específico.

A discussão que apresentamos no artigo partiu do levantamento e da sistematização de distintos materiais –dados secundários, artigos de opinião, discursos, relatos de experiência, boletins, notícias– que circularam na mídia especializada e nas comunicações acadêmicas sobre os desafios trazidos pela pandemia de COVID-19 para a carreira das pesquisadoras, com ênfase no Brasil. Destacamos que esses formatos alternativos de comunicação e publicação científicas –que compõem parte significativa de nossa fonte de pesquisa– ganharam força no contexto da pandemia e foram adotados por distintas áreas do conhecimento,

especialmente devido a atualidade do tema e da rapidez com que essas comunicações circularam –incluindo os artigos publicados em *preprints*–,<sup>5</sup> contrapondo-se ao lento fluxo de publicação tradicional. Além disso, como destaca Kuhn (2003), a ciência em momentos de crises paradigmáticas –que são antes de tudo culturais, sociais– se torna mais especulativa.

As desigualdades na academia enfrentadas pelas mulheres, embora venham sendo debatidas pelo menos desde a década de 1980, não foram suficientemente incorporadas pelo meio acadêmico ou traduzidas em políticas ou programas definitivos para a mitigação dessas desigualdades, por isso, a sua persistência nos estudos de gênero, nas discussões dentro das instituições de pesquisa, nas mídias especializadas e na sociedade em geral. Dessa forma, é importante retomarmos essa questão com todos os novos contornos adquiridos na pandemia, visando subsidiar a elaboração de ações mais inclusivas na academia, especialmente, a partir do questionamento dos modelos de trabalho, produção e avaliação do conhecimento.

O artigo é organizado em quatro seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta as múltiplas abordagens dos estudos feministas sobre desigualdades de gênero na sociedade em geral e, em particular, no mundo da ciência. A seção seguinte apresenta uma breve contextualização da desigualdade de gênero no Brasil contemporâneo, bem como, as particularidades vivenciadas pelas

---

<sup>5</sup> Preprint se refere a um manuscrito científico depositado em um servidor público de forma prévia à avaliação por pares e/ou sua publicação em uma revista científica (Packer e Mendonça, 2020). Embora o preprint já seja utilizado há algumas décadas por áreas específicas, seu uso tem sido ampliado para outras áreas do conhecimento, sendo acelerado por conta das necessidades de comunicação rápida na pandemia. O servidor scielo Preprints foi lançado esse ano, buscando alinhar seu fluxo de comunicação de pesquisa às práticas da ciência aberta, incluindo transparência, colaboração, além da rápida e gratuita disseminação do conhecimento científico (Packer e Mendonça, 2020).



mulheres no ambiente acadêmico. A terceira seção trata sobre a reorganização do trabalho científico em meio à pandemia, buscando problematizar como a pandemia de COVID-19 pode afetar de uma maneira distinta a vida das mulheres, especialmente aquelas que são mães. A quarta seção traz uma discussão, à luz das teorias feministas, sobre os desafios e potencialidades da crise em promover a ruptura com o paradigma atual que rege o modelo de produção do conhecimento, o que inclui o sistema desigual de trabalho e produtividade no meio científico. Por fim, as considerações finais refletem sobre esses novos caminhos e possibilidades que podem ser conquistados pelas mulheres acadêmicas a partir da experiência vivenciada pela pandemia, já que essa crise desnudou os limites e inconsistências do modelo de mundo em que vivemos, o que inclui o mundo da ciência.

## **Abordagens feministas das desigualdades nos espaços de produção da ciência**

Diferentes campos de conhecimento como a epistemologia histórica, a sociologia da ciência e a antropologia da ciência, têm contribuído no sentido de questionar a “neutralidade” da ciência ao demonstrar que este tipo de conhecimento, assim como todos os outros, foi construído a partir de um caráter histórico, social e político. Dentro dessas distintas abordagens das humanidades sobre a ciência, as abordagens críticas feministas foram as mais radicalmente questionadoras, entendidas aqui como as epistemologias feministas da ciência, os estudos sociais da ciência e tecnologia e os estudos feministas da tecnociência. Ainda que com distintos enfoques, os estudos dentro deste campo têm revelado que o androcentrismo não apenas exclui as mulheres do mundo da ciência, mas também desempenha papel determinante na

construção das estruturas, culturas, relações, práticas e conhecimentos produzidos (Bandeira, 2008; Sardenberg, 2002; Vasconcellos e Tait, 2016).

Parece importante iniciar esse tópico, sendo assertivas em dizer que a desigualdade e androcentrismo e, por vezes, o machismo presente na sociedade, também estão presentes no mundo da ciência, já que esse não é “um mundo à parte”. Como mostram os estudos de caráter mais históricos e epistemológicos, essas assimetrias e discriminações estiveram presentes desde o momento de institucionalização da chamada Ciência Moderna, ainda no século XVII (Schiebinger, 2001). Tosi (1998) analisa que as mulheres, que antes da Revolução Científica tinham alguma participação na construção do conhecimento –mesmo que muitas vezes como ajudantes de seus pais e maridos–, foram excluídas do mundo da ciência a partir de sua institucionalização. A autora descreve como o conhecimento produzido pelas mulheres passou a ser negado, contestado e obscurecido. A longevidade dessas visões sobre o papel social das mulheres nos ajuda a entender o processo histórico-cultural de construção do atual modelo de ciência androcêntrica e como são necessárias profundas transformações na produção de conhecimento tecnocientífico (Sardenberg, 2002).

O feminismo e a Economia feminista, enquanto prática política e reflexiva, questionam o caráter natural dessas relações desiguais de gênero e a sua construção e manutenção histórica, envolvendo âmbitos público e privado (Herrero, 2014; Piscitelli, 2013; Scott, 1990). Para questionar esses mecanismos, os estudos feministas colocam em xeque os próprios procedimentos e hipóteses para o desenvolvimento do conhecimento científico revisando metodologias ou conteúdos excludentes ou discriminatórios. Diana Maffía (2005) descreve esse funcionamento em termos de categorias dicotômicas, sexualizadas e hierarquizadas que estruturam o pensamento científico. As principais dicotomias apontadas por esta autora –e por

outras como Amorós (1985), Keller (1991), Merchant (1989) e Puleo (2011)– são: cultura/natureza; razão/emoção; corpo/mente; razão/emoção; objetivo/subjetivo. O masculino está sempre associado aos primeiros componentes do par dicotômico, sendo estes mais valorizados socialmente e considerados eminentemente mais racionais, enquanto o feminino estaria associado aos componentes hierarquicamente inferiores. Considerando que a racionalidade e objetividade são as bases da ciência, logo, as mulheres não seriam suficientemente aptas para a vida científica.

Também é importante pontuar que a construção social prevalente em torno das características e princípios que constituem a ciência considera que a objetividade está relacionada à neutralidade, entendida como possibilidade de suprimir os valores sociais, culturais e políticos, além das emoções, sentimentos e paixões. As epistemologias feministas vão problematizar a objetividade da ciência, colocando essas características como falaciosas, o que não significa a impossibilidade –e necessidade– de adoção de outros critérios de objetividade para a produção do conhecimento científico (Haraway 1995; Harding, 1998; Maffía 2005, 2007). Como salienta Bandeira (2008), uma das especificidades da crítica feminista à ciência é justamente tematizar a ausência das mulheres na história em geral e na história da ciência, bem como a consequente associação entre masculinidade e pensamento científico.

Dentro das teorias feministas sobre a produção de conhecimento, a aposta teórico-metodológica de corporificar/situar a produção de conhecimentos científicos foi uma das estratégias mais férteis no caminho de desenhos possíveis para uma multiplicidade de ciências feministas que buscam romper com elementos androcêntricos e etnocêntricos da ciência hegemônica. Essas abordagens aprofundaram a análise da não universalidade da ciência e androcentrismo científico e propuseram alargar esse olhar a partir de pontos de vistas subalternizados,

racializados, que também escapavam aos vieses heteropatriarcal e branco (Espinosa-Miñoso 2010; Espinosa-Miñoso, Gómez e Ochoa, 2014; Tait, 2017; Tait e Gitahy, 2019).

Os feminismos situados, assim como a interseccionalidade,<sup>6</sup> parecem abordagens especialmente relevantes para entender o contexto de produção de conhecimento científico e social com todas as suas desigualdades, ao trabalhar de forma conjunta diversos marcadores sociais de diferença: nacionalidade, posição socioeconômica, identidade étnico-racial, gênero e sexualidades, idade, entre outros (Bilge, 2009; Curiel, 2007; Espinosa-Miñoso, 2010; Espinosa-Miñoso, Gómez e Ochoa, 2014; Hill Collins, 1991). Os feminismos situados e interseccionais visam apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado que questiona o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social (Bilge, 2009). Ambas as perspectivas contribuem para alargar o entendimento dos diferentes contextos e corpos presentes na produção da ciência e no próprio feminismo.

Este conjunto de abordagens feministas nos ajudam a compreender não apenas como as mulheres, mas também como mulheres de determinados países, origem e condições sociais e étnico-raciais específicas, foram em distintos graus sistematicamente excluídas do mundo e das próprias estruturas e organização do trabalho acadêmico-científico. Esse entendimento, também nos ajuda a evidenciar formas pelas quais as mulheres podem atuar enquanto sujeitos coletivos

---

<sup>6</sup> A interseccionalidade, como categoria analítica, surgiu da produção intelectual e política dos feminismos negros norte-americanos. O termo foi criado originalmente por Kimberlé Crenshaw em 1989 para descrever as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres por sua etnia/raça/classe. As análises interseccionais tiveram ainda contribuições importantes de outras autoras, como por exemplo, Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Margaret Adersen, Chandra Mohanty, Lélia Gonzalez (Portocarrero, 2013).

heterogêneos, inclusive na produção de conhecimento e de metodologias e referenciais científicos a partir de posicionamentos epistemológicos não hegemônicos ou produzidos nas margens (Bandeira, 2008; Haraway, 1995).

Por último, uma discussão dos estudos feministas que gostaríamos de retomar versa sobre a relação entre esfera produtiva e reprodutiva, a qual irá nortear nossa análise sobre como o trabalho científico é influenciado, ou melhor, também dependente, dessa dimensão que continua deixada à margem das análises e políticas. Essa dimensão reprodutiva e de cuidados se tornou mais evidente durante a pandemia, reforçando a tendência de sobrecarga de trabalho feminino.<sup>7</sup> A divisão desigual de trabalhos entre homens e mulheres talvez seja uma das dimensões mais concretas e persistentes dentre as diversas relações desiguais de gênero e fazem parte de um longo histórico constituinte das próprias relações sociais de gênero e discutido dentro das teorias feministas.

Algumas autoras analisam essas desigualdades em termos macroestruturais como consequências da articulação entre o patriarcado e o capitalismo (Mies, 1998). Os estudos da Economia Feminista propõem esmiuçar a divisão sexual do trabalho e a hierarquização baseada no sexo/gênero. Essa divisão acontece tanto em âmbito doméstico –divisão nos lares ou pela contratação outras mulheres para realizar essas atividades– quanto no “mercado”, com áreas de atuação profissional e atividades ocupadas predominantemente por homens ou mulheres. Em ambos os casos, os estudos evidenciam os privilégios dos homens em relação às mulheres.

---

<sup>7</sup> Em geral, as mulheres brasileiras dedicam 73% horas a mais aos cuidados e/ou afazeres domésticos do que os homens. Com recorte de raça ou cor, as mulheres as pretas e pardas são as que dedicam mais horas para execução de tais tarefas. Por outro lado, entre os homens tal recorte não implica em uma variação considerável do índice (IBGE, 2018a).

Os estudos econômicos feministas partem da resignificação do próprio conceito de trabalho e economia, inserindo a esfera reprodutiva como parte da economia e fator decisivo para a sustentabilidade da vida humana. A economia é entendida como uma esfera ampliada, que não se resume ao mercado e envolve um conjunto de relações e mecanismos que funcionam juntos, para manutenção do sistema capitalista –no atual momento histórico e configuração– e da vida (Carrasco, 2014; Faria e Moreno, 2012; Freitas e Silveira, 2007; Grecco, Furno e Teixeira, 2018; Picchio, 2012).

A manutenção ou reprodução da vida são sustentadas nas tarefas de cuidados cotidianos, como: cozinhar, lavar a louça e a roupa, cuidados com a saúde humana, além da promoção do próprio bem-estar subjetivo que englobam expressões como o carinho, a criatividade, as relações afetivas e amorosas, o cuidado com a natureza e o bem-estar animal, etcétera.

O que permanece oculto na sociedade atual, como sublinhou Carrasco (2003), não é apenas o trabalho doméstico e reprodutivo, mas sua função de pilar para manutenção do sistema de produção capitalista, que segue ideologicamente baseado num irreal *homo economicus*, que seria capaz de dedicar a maioria do seu tempo ao mercado de trabalho. Outro aspecto ressaltado nesta abordagem, mais evidente na pandemia, é uma mundial e progressiva crise dos cuidados. Amaia Pérez Orozco, tomando a situação na Espanha, analisa o momento atual de crise sistêmica como de transição e que abre brechas para colocar em xeque os tradicionais modelos desiguais e suas implicações de gênero e para divisão de tarefas de cuidado e de sustentabilidade da vida (Pérez Orozco, 2014).

Atendo-nos a esse conjunto de contribuições de diferentes autoras e abordagens do pensamento feminista, nos aproximamos no próximo item de um conjunto de dados atuais que consideramos importantes para desenhar um panorama, mesmo que provisório, dos impasses que envolvem os modos de vida e trabalho das mulheres

brasileiras, em especial das mulheres cientistas, em tempos de pandemia da COVID-19. A partir dos dados selecionados buscaremos estabelecer alguns parâmetros concretos das desigualdades de gênero no contexto acadêmico brasileiro recente.

## **Trabalho e gênero na carreira acadêmica**

As políticas públicas inclusivas têm promovido mudanças no perfil dos estudantes no ensino superior brasileiro,<sup>8</sup> que pode ser observado a partir do aumento no número de estudantes oriundos de escolas públicas; autodeclarados pretos, pardos e indígenas; com algum tipo de deficiência; e do sexo feminino na composição do corpo discente (Andifes, 2018).

No ensino superior, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados e são maioria também entre os estudantes de pós-graduação, correspondendo a 56,3% dos doutorandos e 52,1% dos mestrandos (INEP, 2018, 2019).

O Brasil figura como o país que mais avançou em termos de igualdade numérica de gênero na academia, considerando as duas últimas décadas. As mulheres já representam 49% da população de cientistas o que coloca o país, junto com Portugal, no primeiro lugar mundial em igualdade de gênero na ciência. O número de mulheres inovadoras no Brasil também cresceu, nos últimos anos, elas respondem por 19% dos pedidos de patente, um percentual superior ao observado em países como Japão – 8%–, Reino Unido –12%– e Austrália –12%– (Elsevier, 2017).

---

<sup>8</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras – REUNI (2007), Sistema de Seleção Unificado – SISU (2010), Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (2010), Lei de Cotas nº 12.711/2012, e Lei 13.409/2016 que inclui pessoas com deficiência ao sistema de cotas.

Entretanto, quando analisamos a situação das mulheres brasileiras na academia a partir da ótica interseccional, percebemos nuances de desigualdades. O percentual de mulheres brancas, com 25 anos ou mais, com ensino superior completo é de 23,5%, enquanto entre mulheres negras e pardas esse percentual é de 10,4%. Entre homens brancos com a mesma faixa etária, o percentual é de 20,7%, enquanto entre homens pretos e pardos, os que cursaram o ensino superior representam apenas 7%. Embora as mulheres, como categoria geral, tenham maior acesso ao ensino superior, ao olharmos para cor ou raça é inegável o impacto deste fator no acesso à educação (IBGE, 2019).

No universo da pesquisa, percebemos uma enorme sub-representação de pretos e pardos na função de docentes/pesquisadores no Brasil. Tomando como exemplo as duas principais universidades que fazem pesquisa no país, temos a Universidade de São Paulo (USP) com apenas 2,2% de seu corpo docente composto por pretos ou pardos (Souza, 2018) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com somente 0,53% dos docentes autodeclarados pretos (Inada, 2018). Se considerarmos em nossa análise os marcadores de gênero e raça, apenas 0,4% dos docentes da pós-graduação no Brasil são de mulheres negras (Carmona, 2018). Se as mulheres brancas –que representam a grande maioria das pesquisadoras brasileiras– enfrentam dificuldades na carreira acadêmica, para as mulheres pretas e pardas os desafios são provavelmente ainda maiores.

Mesmo com dados favoráveis sobre a participação das mulheres no ensino superior e no universo da pesquisa científica, independentemente do nível e área de formação/atuação profissional, elas continuam tendo dificuldades para ascender profissionalmente e enfrentam desigualdades salariais em relação aos homens. Nos países membros e parceiros, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), em qualquer campo de estudo, os ganhos das mulheres são



inferiores aos dos homens. Mesmo com o mesmo grau de instrução, a progressão feminina na carreira é limitada por diversos fatores de ordem social e econômica (OECD, 2020).

Segundo os dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) de 2016, as mulheres representavam 46,6% dos líderes de grupos de pesquisa, mesmo sendo maioria entre os pesquisadores doutores no país. Na Academia Brasileira de Ciências (ABC), as mulheres correspondem a apenas 33% dos membros titulares. Nas universidades federais, as mulheres representam 30% dos reitores e 34% dos Vice-reitores (Ambrosini, 2017).

A sub-representação das mulheres nos cargos de maior prestígio e rendimento é recorrente também nos campos “tradicionalmente femininos”, mantendo a tendência denominada na literatura de gênero de “segregação horizontal”. Elas são a grande maioria na área de educação: a força de trabalho feminina representa 95% dos docentes da educação infantil, 59% no ensino médio e apenas 46% no ensino superior. Em 2020, de acordo com dados do CNPq, pesquisadores do sexo masculino recebem 62% das bolsas de produtividade em pesquisa nível sênior –em vigência– oferecidas pela agência de fomento para a área da educação (CNPq, 2020).

O conjunto de dados aqui apresentados evidenciam uma sub-representação feminina que se acentua com a ascendência na carreira: em outras palavras, as mulheres passam a ser minoria no mundo da ciência quando consideramos as posições de liderança, diretorias, reitorias, etc. Esses dados mostram uma tendência já apontada em estudos anteriores, expressas nos conceitos denominados “teto de vidro”, “segregação vertical” ou “labirinto de cristal” (Lima, 2013; Tait, 2017). A seguir apresentamos alguns dos impactos da pandemia, até então identificados, na atividade das mulheres acadêmicas.

## A reorganização do trabalho científico durante a pandemia

O teletrabalho e o home office mostraram-se alternativas viáveis para algumas atividades frente à imposição de distanciamento social, passando a fazer parte da vida de milhões de brasileiros.<sup>9</sup> Só no mês de julho, 12,7% das pessoas ocupadas no país estavam exercendo atividade de maneira remota (Góes, Martins e Nascimento, 2020b). Isso repercutiu na reconfiguração e ampliação de processos em curso que transformaram a casa dos trabalhadores e trabalhadoras em escritórios e salas de aula, um fenômeno de rápida expansão do modelo de home office, acompanhado por uma tendência específica da produção de conhecimento científico que demanda uma carga de trabalho que extrapola o horário a ser cumprido dentro da instituição por apresentar demandas contínuas (Boueri e Assis, 2018).

Conforme argumenta Almeida, o modelo de teletrabalho trouxe mudanças significativas em nossa vida cotidianas, impondo uma indistinção ou sobreposição entre as esferas públicas e privadas, tendo em vista que “o teletrabalho deslocou os espaços de produção – o escritório, o laboratório, a escola etc. – para dentro de casa” (Almeida, 2020: s/n), tornando-as unidades produtivas. O autor afirma que não se trata de apenas compartilhar o espaço da casa com o trabalho, “mas efetivamente de sua colonização pelas forças produtivas, que finalmente passam a ter o controle integral da vida” (Almeida, 2020: s/n).

O enfoque econômico feminista oferece elementos que nos ajudam a entender os desdobramentos de um avanço do trabalho remoto realizado em casa durante a

---

<sup>9</sup> O potencial de teletrabalho varia, a depender das características das atividades, aquelas com maior potencial teletrabalho são as dos grupos de “Profissionais das ciências e intelectuais” “Diretores e Gerentes” (Góes, Martins e Nascimento, 2020a).

pandemia. Essa modalidade de trabalho tende a borrar as fronteiras entre o produtivo e reprodutivo e o público e privado, de uma maneira que acentua a sobrecarga sobre as mulheres que realizam o “home office”, como é o caso da quase totalidade das mulheres pesquisadoras durante a pandemia.

Ao analisar as transformações que marcaram a transição de um modelo de trabalho “fabril” para um de “escritórios” e de caráter flexível, autores como Barbrook (1999) e Terranova (2000) apontam que tais mudanças trouxeram uma intensificação dos ritmos e a exigência de novos tipos de habilidades laborais, que incluem o uso do tempo para adquirir habilidades ou realizar aprendizados que se dão, muitas vezes, de forma não remunerada –por exemplo, atividades de aprendizagem e uso de tecnologias e a produção de conhecimentos e “conteúdos”. A própria sustentabilidade da rede mundial de computadores –World Wide Web– desde seu surgimento dependeria, segundo esses autores, de enormes quantidades de trabalho gratuito e invisível. Essas relações permitem um paralelo interessante com os trabalhos reprodutivos e de cuidado que sustentam a “rede” de relações sociais no mundo “on” e “offline” e também é comumente invisível e não remunerado.

As atividades de pesquisa e de docência na pós-graduação sempre foram intensivas em conhecimento e dependeram da pesquisa e aprimoramento e, contemporaneamente, da mediação das tecnologias de comunicação e informação. Entretanto, o trabalho remoto nos moldes atuais, segundo os depoimentos de mulheres e mães pesquisadoras analisadas neste artigo, vêm provocando a sobreposição entre ao menos duas formas de trabalhos não remunerados: o reprodutivo –trabalhos domésticos, cuidados e manutenção da vida– e o de aprendizado e produção cultural. Isso amplia a sobrecarga de estresse gerada por essa sobreposição de “tempo-espacos” produtivos e não produtivos, remunerados e não remunerados, e por uma redução dos “tempos-espacos” de ócio e de descanso.

Em geral, mesmo antes da pandemia, as mães pesquisadoras já sinalizavam que não conseguiam desenvolver parte significativa do trabalho científico em suas casas, tendo em vista a necessidade de ampla concentração por várias horas seguidas, o que é dificilmente alcançado quando se é a principal –ou única– responsável pelo cuidado dos filhos. Um levantamento realizado pelo Parent in Science, em 2017, revelou que para 54% dos respondentes com filhos, a mãe era a principal cuidadora, enquanto em 34% dos casos o cuidado era dividido entre os pais, 7% dos pesquisadores contavam com ajuda de terceiros –familiares, amigos, babás– e 5% responderam que o pai assumia a responsabilidade de cuidado com o(s) filho(s) apenas ocasionalmente (Machado *et al.*, 2019).

O impacto dessa distribuição desigual do trabalho de cuidado na carreira das mulheres se traduz em uma diminuição da produtividade e do tempo disponível para o trabalho científico no âmbito doméstico: apenas 14% das pesquisadoras mães responderam que seu desempenho não é afetado quando realizado em casa, 20% das pesquisadoras afirmam conseguir executar apenas tarefas simples –ligação telefônica, escrever um e-mail, etc.–, mas que era impossível realizar tarefas mais complexas –escrever artigos, pareceres, etc.–; 21% disseram que só são capazes de realizar tarefas complexas depois que os filhos dormem –geralmente de madrugada– (Machado *et al.*, 2019).

O trabalho remoto durante a fase de isolamento social ganhou novos contornos –nada favoráveis às pesquisadoras, especialmente àquelas com filhos– frente a intensificação das atividades de cuidado no âmbito doméstico decorrentes da interrupção de serviços especializados, como serviços contratados de cuidado e limpeza doméstica, de educação básica, ou da perda de modalidades, como as redes de apoio. No caso das acadêmicas, tais dificuldades se somam às pressões de manter integralmente seus índices de produtividade e sua rotina de trabalho no plano remoto,

já que participam de um ambiente altamente competitivo (ADUSP, 2020). Em entrevistas concedidas por docentes da USP, publicadas no *Informativo ADUSP*, foram reveladas algumas das dificuldades de trabalho das pesquisadoras durante a crise atual. A máxima repetida por muitos acadêmicos e estudantes de que “a USP não pode parar” desconsiderava a realidade e particularidades da vida de muitos que fugiam ao padrão esperado de cientista –aquele que se dedica integralmente ao trabalho e não tem compromissos de cuidado com outros–, o que tem se transformado em uma enorme pressão à esses grupos, especialmente às mulheres cientistas ou estudantes que são mães (ADUSP, 2020).

De acordo com a pesquisa realizada pelo grupo *Parent in Science* durante o período de isolamento social, há desigualdades no desempenho do trabalho acadêmico remoto realizado por homens e mulheres em geral, sendo que isso se agrava ainda mais quando consideramos a questão da maternidade. Segundo os dados coletados entre 1 e 8 de abril, envolvendo 4.261 estudantes de pós-graduação, 44% dos homens sem filhos estão conseguindo trabalhar remotamente, contra 37% das mulheres sem filhos. Dos homens com filhos, 20% conseguem trabalhar remotamente no período (Parent in Science, 2020a), enquanto entre as mulheres com filhos apenas esse percentual é de 13% (Parent in Science, 2020b). Os resultados da pesquisa reforçam que as dificuldades enfrentadas por mulheres com ou sem filhos – com agravo para aquelas com filhos– na academia são maiores do que aquelas enfrentadas por homens com filhos ou por seus pares sem filhos. A pesquisa revela a necessidade de flexibilizar e prorrogar os prazos de defesa e vigência das bolsas, já que o trabalho remoto está afetando significativamente o trabalho de alguns grupos (Staniscuaski *et al.*, 2020).

Neste primeiro momento, o impacto dos novos arranjos na produtividade das pesquisadoras pode ser evidenciado pela redução das submissões de artigos

acadêmicos assinados por mulheres. Editores de importantes revistas científicas têm demonstrado preocupação diante da discrepância observada na submissão de artigos por homens e mulheres durante o período de isolamento. A editora do *British Journal for Philosophy of Science*, Elizabeth Hannon, revelou em sua conta no *Twitter* que a revista praticamente não recebeu artigos assinados por mulheres em abril de 2020, e manifestou preocupação com o desempenho das pesquisadoras, já que muitas indicaram ser necessário abandonar seus projetos nesse momento. Algumas respostas de acadêmicas à postagem de Hannon também destacam as dificuldades das mulheres com filhos, já que as escolas estão fechadas e elas, como principais cuidadoras, não estavam conseguindo se dedicar ao trabalho (Fazackerley, 2020).

Por outro lado, a publicação de homens parece ter crescido nesse mesmo período. De acordo com David Samuels, coeditor da *Comparative Political Studies*, as submissões de artigos à revista terem crescido quase 50% no mês de abril, comparado ao mesmo período no ano passado, todavia, esse aumento foi inteiramente impulsionado por homens (Fazackerley, 2020).

Esses padrões têm se repetido em algumas revistas brasileiras. No início de 2020, as mulheres respondiam por 40% dos artigos submetidos à revista *Dados* (IESP-UERJ), mas no período de isolamento social esse percentual caiu para 28%. Além disso, 37% dos artigos no período entre 2016 e o primeiro trimestre de 2020 tinham mulheres como primeiras autoras, mas no segundo trimestre de 2020 esse percentual caiu para 13% (De Pierro, 2020).

Para compreendermos muitas dessas dificuldades enfrentadas pelas mulheres em se manterem produtivas a partir de padrões e ritmos ditados, em geral, por pesquisadores homens, precisamos refletir sobre o sistema tradicional de produção e avaliação científica, o qual impacta diretamente na distribuição de cargos, prestígio e recursos entre os pesquisadores.

A publicação é parte importante do processo de produção do conhecimento científico e tem por objetivo promover a circulação desse conhecimento entre a comunidade acadêmica, além de alcançar sua validação e reconhecimento pelos pares (Barreto, 2013; Camargo Jr., 2013; Velho, 1997). Entretanto, o sistema de avaliação da produção do conhecimento tem utilizado fortemente a quantidade de publicações científica e citações por ele recebidas como sinônimo de qualidade do trabalho do pesquisador. Esse modelo de avaliação produtivista gera enormes distorções no comportamento dos cientistas para atenderem uma demanda por artigos cada vez maior para continuarem a receber financiamento por suas pesquisas (Camargo Jr., 2013). Assim, a avaliação da C&T pautada no produtivismo e na meritocracia, se transformou em um método de ranqueamento de pessoas, periódicos e instituições, incidindo sobre a alocação de recursos pelas agências (Barreto, 2013).

O conceito elaborado por Merton (1968), chamado de efeito Mateus, refere-se a ideia de quanto mais fama e reconhecimento um pesquisador tiver, maior será o crédito por seu trabalho e, conseqüentemente, terá maiores incentivos financeiros para continuar trabalhando. Quando analisamos esse fenômeno pela perspectiva de gênero, as mulheres muitas vezes são omitidas de publicações científicas em que participam, seus trabalhos tendem a ser mais criticados pelos pares, são menos citadas que seus colegas homens, e têm o reconhecimento pela cooperação nos trabalhos diminuído, o que foi caracterizado por Margaret Rossiter como Efeito Matilda (Rossiter, 1993). Tais fatores acabam aumentando a desvantagem das mulheres na produção acadêmica, refletindo diretamente em seu reconhecimento, no financiamento de suas pesquisas e na ocupação de cargos de liderança.

Outros elementos, que envolvem a distribuição de funções dentro da academia, contribuem para a sobrecarga das mulheres pesquisadoras durante a pandemia, conforme apontados por Malisch *et al.* (2020). Segundo as autoras, há uma tendência

na academia de as mulheres ocuparem mais cargos administrativos, possuírem maior carga horária de aulas e realizarem mais cursos de formação e aconselhamento de estudantes e atividades voltadas à inclusão (Malisch *et al.*, 2020). Essas últimas atividades representam uma carga emocional extra que envolve o atendimento aos estudantes em momentos de estresse, conflitos ou crises.

As sobrecargas específicas da vida acadêmica, como o trabalho contínuo que extrapola o horário a ser cumprido dentro da instituição (Boueri e Assis, 2018), vêm mostrando suas dimensões de desgaste mental devido à falta de tempo para atividades familiares, de lazer e “desconexão”. Esse ritmo cotidiano está sendo relacionado ao aumento dos níveis de sofrimento psíquico entre os pesquisadores e pesquisadoras (Evans *et al.*, 2018; Maia e Dias, 2020). Podemos observar ainda uma intensificação da exploração do trabalho intelectual, criativo e, muitas vezes invisível, que sustenta o trabalho virtual (Barbrook, 1999) e não sabemos quais os desdobramentos dessas relações após a pandemia.

## **Pós-pandemia: novos caminhos possíveis para as mulheres na ciência?**

Ao longo dos últimos anos, as mulheres têm se inserido cada vez mais no mercado de trabalho e contribuído para alterar a lógica implícita ao modelo tradicional de “homem-provedor e mulher dona-de-casa” normalizado socialmente. Mesmo assim, como ressalta Carrasco (2003), até hoje as estruturas sociais e relações estabelecidas em seu interior permanecem praticamente inalteradas.

A participação ainda minoritária dos homens nas atividades de cuidado e reprodutivas mostra a persistência desta sobrecarga de “trabalho invisível” que incide sobre as mulheres. A responsabilização das mulheres e do espaço privado com a



gestão da vida e dos cuidados, segundo a literatura da Economia Feminista, é extremamente útil à manutenção de altas cargas horárias laborais no mercado de trabalho e, por sua vez, ajuda a explicar porque os homens se inserem no mercado com vantagem. Antonella Picchio (2012), destaca que a quantidade de trabalho reprodutivo e não remunerado necessário para manter a sociedade na qual vivemos, é superior à de trabalho produtivo feito por mulheres e homens no âmbito do mercado. Propõe a metáfora de um iceberg: as atividades consideradas produtivas seriam a ponta visível e as reprodutivas toda a parte maior e submersa.

Por isso, na análise de Picchio, do ponto de vista da justiça, equidade social e de gênero, deve-se “promover uma mudança nas relações e nas regras fundamentais que estruturam o mercado de trabalho [...] e isso significa uma mudança na própria estrutura do sistema capitalista” (Picchio, 2012: 20). Essas indagações e considerações nos ajudam a perceber que mesmo diante de reivindicações e conquistas de tempos recentes, persiste uma negligência social e política da responsabilização coletiva sobre os processos de trabalhos necessários para a manutenção das próprias sociedades humanas (Carrasco, 2014; Herrero, 2014; Marimon e Tait, 2019; Tait e Jesus, 2016).

Diante dos desafios específicos das mulheres que têm sua vida e trabalho imersos na pesquisa científica, cabe finalmente refletir sobre como poderíamos transformar as estruturas, os mecanismos e os valores que geram e perpetuam as diferentes desigualdades de gênero abordadas neste artigo. Colocando em termos das teorias críticas feministas à ciência: Como produzir formas de organização e produção de conhecimentos científicos, inovações e tecnologias que não sejam apenas sobre mulheres, mas que tenham relevância às mulheres e incidam objetivamente nessas inequidades? (Sardenberg, 2010; Vasconcellos e Tait, 2016).

As contribuições feministas já responderam parcialmente a essa pergunta, mostrando a necessidade de formulação de políticas de acesso, permanência e progressão profissional na universidade em suas diversas áreas e segmentos para mulheres e outros grupos sociais historicamente marginalizados. Também colocam a urgência de mudanças mais profundas nas próprias formas de organizar, gerir e produzir os conhecimentos, por exemplo, considerando a parcialidade dos mesmos – não neutralidade–, as dimensões éticas, de cuidado e a mudança de lógicas que, ainda que sejam pretensamente “objetivas”, se mantém excludentes. A perpetuação de lógicas rígidas de gestão das instituições e critérios de produtividade penalizam as mulheres e a maternidade, desconsiderando o trabalho necessário para gestão dos lares e famílias.

Uma importante rota para transformação discutida neste artigo é o enfoque da Economia Feminista, que propõe a reorientação das atividades produtivas e das relações sociais para sustentabilidade da vida (Carrasco, 2003; Pérez Orozco, 2014) tendo como base a lógica de cuidados e as novas configurações para tempos e espaços. Essa lógica nos desafia a encarar o conflito entre capital e vida ou capital e cuidados para, em seguida, buscar alternativas que coloquem esse cuidado com eixo central da vida econômica e social. Dentre as alternativas apontadas estão as que reorganizam o trabalho reprodutivo e doméstico nas sociedades, nas comunidades, nos bairros e nos ambientes de trabalho. Concretamente vão de ações como: mais creches e serviços de atenção a idosos e vulneráveis; políticas de jornadas de trabalho e remuneração específicas para homens e mulheres que estão em posição de “cuidadores”; estruturas urbanas de circulação e acolhimento para atividades reprodutivas; renda básica universal; organizações de cuidado vicinal e comunitário compartilhada; redução geral nas jornadas de trabalho; entre outras.

Todas essas medidas, obviamente, teriam impactos também na vida das mulheres pesquisadoras e exigem ajustes específicos em estruturas, formas de organização e avaliação do trabalho nas universidades e instituições de pesquisa. Como fazer isso? Primeiro, tendo clareza dessa necessidade, discutindo coletivamente impactos e ações e se comprometendo a implementar estrategicamente tais mudanças.

No artigo “In the wake of COVID-19, academia needs new solutions to ensure gender equity” (Malisch *et al.*, 2020), escrito por 17 pesquisadoras de diferentes universidades norte-americanas, as autoras trazem algumas propostas e caminhos, tais como: realização de pesquisas que permitam dimensionar o impacto da pandemia para as mulheres e outros grupos minoritários; responder a realidade encontrada dentro dos planos estratégicos das instituições visando transformar critérios de avaliação de produtividade e “accountability”. Essas reflexões e ações, ressaltam as autoras, devem ter como base uma “conversa honesta” sobre o funcionamento das universidades durante a pandemia e seus impactos, considerando as desigualdades de gênero como eixo central dos “comitês de avaliação”.

Na mesma direção, a Carta Aberta do movimento *Parent in Science*, publicada na Revista Science em maio de 2020, alertou as instituições de pesquisa e órgãos de financiamento científico sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres pesquisadoras em tempos de pandemia e sugeriu a adoção de “boas práticas” para que o ambiente acadêmico seja mais inclusivo e atenda à realidade das mães-pesquisadoras (Staniscuaski *et al.*, 2020). As autoras reforçam a necessidade de se criar políticas e ações que mitiguem os impactos da maternidade, especialmente no contexto atual, como a criação de programas de concessão de financiamento projetados para atender à realidade de acadêmicos com filhos. Dessa forma, os benefícios decorrentes da flexibilização das políticas poderiam estender-se a toda a

comunidade acadêmica e poderiam contribuir para “tornar a ciência mais justa para todos os afetados pela pandemia” (Staniscuaski *et al.*, 2020: 724).

Também buscando contribuir com a mudança no modelo de trabalho acadêmico, que exclui as especificidades da vida das mães, três mães-pesquisadoras e coordenadoras do Blog *Mama an Academic* elaboraram uma lista de recomendações às instituições científicas (Leventon, Roetich e Middlemiss, 2019). A partir de suas experiências pessoais, elas apontam estratégias simples e concretas –desde a flexibilização e redistribuição de trabalho pós-licença maternidade, até apoio e acolhimento em conferências científicas para mães-pesquisadoras.<sup>10</sup>

Observando o período crítico em que estamos vivendo, onde essas questões se agravam, é ainda mais urgente pensarmos em maneiras de avaliação que considerem as particularidades e diversidades da vida dos pesquisadores, não esperando que todos tenham a mesma produtividade. A diversidade deve ser urgentemente contemplada nas avaliações e distribuição de trabalho e que o momento da pandemia seja propício para pensarmos estratégias institucionais que corrijam as distorções e que possibilitem que o mundo da ciência seja mais democrático e inclusivo (Barbosa e Staniscuaski, 2020).

É fato que o contexto de crise atual deu maior visibilidade às inúmeras desigualdades no meio acadêmico e também às limitações de nossos sistemas de produção e avaliação científicas, o que pode ser considerado um grande avanço rumo à igualdade de condições na academia. Conforme sinalizam Castro e Chaguri (2020), devemos buscar uma profunda e criteriosa revisão das normas/valores, estruturas e relações que incluam o fazer científico e suas implicações para as mulheres.

---

<sup>10</sup> A lista completa foi traduzida e reproduzida no artigo de Pontes *et.al.* (2019).

O potencial de transformação do momento atual, nos remete a análise de Thomas Kuhn em seu célebre *A Estrutura das Revoluções Científicas* (Kuhn, 2003). Para o autor, a ciência se transforma substancialmente apenas quando crises e conflitos –de ordem cultural e valorativa antes que de ordem lógica ou epistêmica– atingem um alto grau e é capaz de conquistar corações e mentes e suplantar o paradigma até então dominante (Bandeira, 2008; Kuhn, 2003). A crise de paradigmas científicos são momentos que poderiam ampliar as possibilidades de repensar estratégias, proposições epistêmicas consolidadas e as relações de poder (Bandeira, 2008).

Neste sentido, conforme discutimos no decorrer deste artigo, é possível observar tendências aceleradas pela pandemia de mudanças de processos internos de funcionamento da ciência, os quais podem alavancar uma ruptura paradigmática nos modelos de produção e avaliação da C&T. Assim, essa fase “revolucionária” da ciência (Kuhn, 2003) pode servir como uma oportunidade de transformação profunda na organização e dinâmica de produção científicas. No entanto, como sugere Kuhn, o estabelecimento de um novo paradigma depende de negociação e tal mudança não ocorrerá sem a articulação e mobilização dos atores que foram excluídos e silenciados na construção do paradigma vigente.

## **Reflexões finais**

As mulheres acadêmicas, embora possam ser consideradas privilegiadas quando comparadas à grande maioria da população feminina brasileira, também enfrentam desigualdades decorrentes das normas de gênero em suas vidas e carreiras. A construção da carreira científica, pautada no produtivismo e na meritocracia, acaba gerando um ambiente hostil e competitivo que desconsidera as particularidades na

vida dos pesquisadores e pesquisadoras. A crise atual deu maior visibilidade às desigualdades vivenciadas pelas mulheres no meio acadêmico e às limitações de nossos sistemas de produção e avaliação científicas, o que pode impulsionar avanços rumo à igualdade de condições na academia.

O artigo buscou contribuir para o entendimento dessas desigualdades históricas à luz do contexto atual de trabalho de pesquisadoras brasileiras que vivenciam a pandemia. Para isso, partimos de um contexto mais amplo, baseado no levantamento, sistematização e análise de dados, relatos, opiniões, informativos, artigos e materiais diversos que circularam recentemente na mídia especializada e meios acadêmicos. A análise foi ancorada nas contribuições de algumas vertentes da práxis feminista: economia feminista, estudos sobre os cuidados, interseccionalidades, além da crítica feminista à ciência, alinhada ao campo dos estudos sociais da ciência e tecnologia.

No decorrer das seções do artigo trabalhamos três pontos que consideramos centrais, por impactarem diretamente no modo como as pesquisadoras acadêmicas têm vivenciado a pandemia: 1) a feminilização e invisibilidade do trabalho reprodutivo e de cuidados que penalizam as mulheres, de forma geral, e também as acadêmicas, com uma maior carga laboral total. Isso repercute na trajetória profissional das mulheres, seja na desigualdade de condições de trabalho, oportunidades e/ou dificuldades de ascensão profissional, ou mesmo na redução da qualidade de vida; 2) o trabalho remoto durante a pandemia e sua relação com a sobrecarga de trabalho acadêmico para mulheres, especialmente para as mães, com a amplificação da sobreposição entre espaços-tempos e trabalhos; 3) o produtivismo acadêmico e a importância conferida a produção de artigos científicos nos critérios de avaliação; ressaltando que um ambiente competitivo baseado na meritocracia, longas jornadas laborais, como um modelo tipicamente masculino que desconsidera a dimensão

reprodutiva. Adicionalmente, sinalizamos para possíveis transformações nos modelos de produção e avaliação durante a pandemia.

Adotamos a dimensão do trabalho como um fio condutor para mostrar como os três pontos ressaltados engendram de forma bastante concreta um contexto de agravamento das desigualdades de gênero. A conciliação das atividades domésticas e cuidados com filhos com o modelo de trabalho remoto sobrepõe os espaços públicos e privados e exige o atendimento de demandas contínuas de trabalho, colocando essas pesquisadoras em uma situação de maior vulnerabilidade nesse período e afetando, inclusive, sua saúde mental. Essas novas configurações entre o produtivo e o reprodutivo, público e privado, que estão se ampliando no período de pandemia, tem desdobramentos incertos.

Os inúmeros dados trazidos no artigo mostraram que apesar de avanços na equidade de gênero em relação ao acesso ao ensino superior e na pós-graduação no Brasil, ainda persistem desigualdades em termos horizontais –participação de mulheres se concentra em áreas específicas e, por vezes, de menor valorização e renda; e verticais, com ainda reduzido número de mulheres que ocupam as posições mais elevadas da carreira acadêmica e de pesquisa e que recebem os incentivos por produção. Na academia a realidade que se impõem não destoa do resto da sociedade, a pandemia afeta homens e mulheres de maneira distinta devido a desigualdades previamente existentes, mas que foram acentuadas com a crise.

Conforme apresentamos neste artigo, a emergência de espaços alternativos de interação, debate e formatos de publicação científica ganharam força neste período de crise e poderão impactar não somente na dinâmica de produção da C&T, mas também no seu modo de avaliação. A mudança na estrutura dessas publicações, assim como sua divulgação de forma mais rápida e transparente –ciência aberta–, poderá criar um ambiente propício para a interação e inclusão de novos atores na

construção do conhecimento, mais colaborativo e inclusivo, mas também poderão acentuar ou criar novas desigualdades, uma vez que irá impactar no modelo de avaliação e distribuição de recursos. Assim, os efeitos dessas novas práticas de produção e avaliação científicas em longo prazo –e se elas irão se traduzir em mudanças positivas para grupos vulnerabilizados e no estreitamento de laços com a sociedade em geral, incluindo outras vozes e saberes– depende de inúmeros fatores, inclusive da mobilização desses grupos para a proposição de ações e políticas de inclusão e equidade.

Neste sentido, pensamos que os desafios trazidos pela crise sanitária, econômica e social que vivenciamos poderiam fazer emergir na ciência a urgência de um diálogo transformador com as práxis feministas. Dessa forma, o debate e a compreensão desses processos são cruciais para que possamos participar ativamente na construção de um novo paradigma que atenda às necessidades de sujeitos coletivos que hoje são marginalizados e silenciados no mundo da ciência. As transformações nessa direção se colocam como uma possibilidade, mas, com certeza, não se realizarão sem esforços e engajamento, não apenas de mulheres ou de mulheres feministas, mas da comunidade produtora de ciência e pesquisa.

Buscando lançar luz sobre os caminhos alternativos e estratégias de boas práticas, destacamos algumas iniciativas e recomendações encontradas nos materiais analisados. Entre as propostas de rotas de ação específica para a academia, ressaltamos a necessidade de dimensionar o impacto da pandemia para as mulheres e outros grupos minoritários e de responder a realidade encontrada dentro dos planos estratégicos das instituições, visando transformar critérios de avaliação e produtividade. Pontuamos ainda ações de caráter mais amplo e estrutural que dizem respeito a dimensões da estruturação econômica e social geral e das instituições superiores de ensino e pesquisa como ampliar infraestrutura para atendimento de



crianças, idosos e enfermos; criar ou ampliar espaços urbanos e institucionais de acolhimento e cuidado compartilhado, que podem envolver desde cozinhas comunitárias até acolhimento psíquico, entre outras finalidades; redução geral nas jornadas de trabalho; entre outras.

Concluimos, sendo novamente assertivas quanto à necessidade de que amplie medidas institucionais para promoção da inclusão, permanência e ascensão das mulheres no ambiente acadêmico, fornecendo também condições para que a maternidade e o cuidado familiar sejam realmente compatíveis com a carreira de pesquisa, além de que o pensamento sobre o sustentar e cuidar a vida ganhe espaço como tema de pesquisa e debate. Ressaltamos ainda a urgência de realizar um conjunto de ações coordenadas e politicamente comprometidas com a produção de condições estruturantes para que a prática científica não iniba, penalize ou exclua as mulheres –e dentro do campo do gênero considere as sobreposições devido a classe, a raça ou imputadas às pessoas com sexualidades dissidentes.

Assim, reiteramos que as transformações devam incluir uma profunda e criteriosa revisão das normas e estruturas da produção científica, ou seja, envolvem uma política científica que incorpore um enfoque feminista. Apenas com essa tarefa assumida coletivamente, o conjunto das ciências e suas instituições no mundo pós-pandemia poderão se tornar o que buscamos: uma ciência que privilegie ativamente a criação e fortalecimento de relações e de conhecimentos voltados a superar as desigualdades e as discriminações de gênero e de toda ordem.

## **Referências**

#votelgbt+ e box1824 (2020), lgbt+ na pandemia. Desafios da comunidade lgbt+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus.

Disponível em: <[https://votelgbt.org/s/vote-lgbt-box1824-diagnostico-LGBT-na-pandemia\\_completo.pdf](https://votelgbt.org/s/vote-lgbt-box1824-diagnostico-LGBT-na-pandemia_completo.pdf)>

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo – adusp (2020), “Em meio aos cuidados com filhos pequenos, pais idosos, tarefas domésticas e exigências acadêmicas produtivistas, docentes revelam a falácia do discurso de que “a USP não pode parar””, Informativo adusp, 24 de abril. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3647-em-meio-aos-cuidados-com-filhos-pequenos-pais-idosos-tarefas-domesticas-e-exigencias-academicas-produtivistas-docentes-revelam-a-falacia-do-discurso-de-que-a-usp-nao-pode-parar>>, acesso 4 de maio de 2020.

Ambrosini, A. B. (2017), “A representação das mulheres como reitoras e vice-reitoras das universidades federais do Brasil: um estudo quantitativo”, apresentado no xvii Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Mar del Plata, 22-24 de novembro. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181013>>, acesso 17 de junho de 2020.

Almeida, R. (2020), “Covid-19, O nascimento de um novo século e os laboratórios sociais”, Jornal da usp, 15 de abril. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/covid-19-o-nascimento-de-um-novo-seculo-e-os-laboratorios-sociais/>>, acesso em 4 de maio de 2020.

Amorós, C. (1985), *Hacia una crítica de la razón patriarcal*, Barcelona, Editorial Anthropos.

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes (2018), “v Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das ifes - 2018”, Brasília, Andifes. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e>>

cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>, acesso em 15 de outubro de 2020.

Bandeira, L. (2008), “A contribuição da crítica feminista à ciência”, *Revista de Estudos Feministas*, 16, (1), p. 207-228.

Barbosa, M. y F. Staniscuaski (2020), “Mães na Ciência: da Pandemia ao Pandemônio”, *Academia Brasileira de Ciências*, 13 de abril. Disponível em: <<http://www.abc.org.br/2020/04/13/maes-na-ciencia-da-pandemia-ao-pandemonio/>>, acesso em 4 de maio de 2020.

Barbrook, R. (1999), “The high-tech gift economy”, in Bosma, J. et al., *Readme! Filtered by Nettime: ascii Culture and the Revenge of Knowledge*, Nova Iorque, Autonomedia, pp. 132-138.

Barreto, M. L (2013), “Como avaliar as ciências com uma deficiente ciência da avaliação científica?”, *Cadernos de Saúde Pública*, 29, (9), pp. 1707-1730.

Bilge, S. (2009), “Théorisations féministes de l'intersectionnalité”, *Diogène*, (225), pp. 70-88.

Boueri, A.G. y C. Assis (2018), “Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres”, *Gênero e Número*, 20 de junho. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/>>, acesso em 22 de maio de 2020.

Brasil – Governo Federal (2020), “Decreto 10.3016. Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19)”, *Diário Oficial da União*, 7 de abril. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.316-de-7-de-abril-de-2020-251562799>>, acesso em 20 de maio de 2020.

- Butler, J. (2020), “Judith Butler crê que pandemia de coronavírus levará a luta radical por igualdade. Entrevista de A. F. Silva”, Marie Claire, 27 de maio. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2020/05/judith-butler-cre-que-pandemia-de-coronavirus-levara-luta-radical-por-igualdade.html>>, acesso em 15 de outubro de 2020.
- Camargo Jr., K. (2013), “Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil?”, Cadernos de Saúde Pública, 29, (9), pp. 1707-1711.
- Carmona, E. (2018), “Onde estão os negros nas universidades?”, Comunica.ufu.br, 6 de novembro. Disponível em: <<http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/11/onde-estao-os-negros-nas-universidades>>
- Carrasco, C. (2003), “A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?”, in Nalu, F. e M. Nobre (orgs.), A produção do viver, São Paulo, sof.
- Carrasco, C. (2014), “La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política”, in Carrasco, C. (ed.), Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política, Madrid, La Oveja Roja, pp. 25-48.
- Castro, B. e M. Chaguri (2020), “Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista”, Blog dados, 22 de maio. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/>>, acesso em 29 maio de 2020.
- Costa, D. (2018), “Cai pelo segundo ano consecutivo o número de famílias chefiadas por homens, mostra ibge”, O Globo, 26 de abril. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/cai-pelo-segundo-ano-consecutivo-numero-de-familias-chefiadas-por-homens-mostra-ibge-22625938>>, acesso em 7 de maio de 2020.

- Cross, D.; S. Thomson e A. Sinclair (2018), *Research in Brazil: A report for capes* by Clarivate Analytics, Filadélfia, Clarivate Analytics. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17012018-capes-incitesreport-final-pdf/view>>
- Curiel, O. (2007), “Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista”, *Nómadas*, (26), pp- 92-101.
- De Pierro, B. (2020), “Mães na quarentena: Isolamento social lança luz sobre desigualdade de gênero na ciência”, *Pesquisa fapesp*, 19 de maio. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/maes-na-quarentena/>>, acesso em 20 de maio de 2020.
- Di Cesare, D. (2020), “O vírus soberano: A pandemia coloca em questão a política do medo na democracia atual”, *Piauí*, (163). Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-virus-soberano/>>, acesso em 10 de abril de 2020.
- Esmili, H (2020), “Coronavírus: confinamento é um luxo inviável para os mais pobres, afirma sociólogo francês. Entrevista de N. Paredes”, *bbc News. Brasil*, 13 de abril. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52270073>>, acesso em 20 de abril de 2020.
- Elsevier (2017), *Gender in the global research landscape*, Amsterdam, Elsevier. Disponível em: <[https://www.elsevier.com/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0008/265661/ElsevierGender\\_Report\\_final\\_for-web.pdf](https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGender_Report_final_for-web.pdf)>, acesso em 17 de junho de 2020.
- Espinosa-Miñoso, Y. (coord.) (2010), *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*, Buenos Aires, En la Frontera.

- Espinosa-Miñoso, Y., D. Gómez y K. Ochoa (eds.) (2014), *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*, Popayán, Universidad del Cauca.
- Evans, T. et al. (2018), “Evidence for a mental health crisis in graduate education”, *Nature Biotechnology*, 36, (3), pp. 282–284.
- Faria, N. e R. Moreno (2012), *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*, São Paulo, sof.
- Fazackerley, A. (2020), “Women’s research plummets during lockdown - but articles from men increase.”, *The Guardian*, 12 de maio. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/education/2020/may/12/womens-research-plummets-during-lockdown-but-articles-from-men-increase>>, acesso em 18 de maio de 2020.
- Freitas, T. V. e M. L. Silveira (2007), *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*, São Paulo, sof.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – seade (2020), “Mulheres e arranjos familiares na metrópole”, São Paulo, seade. Disponível em: <[https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-SEADE\\_Mulheres-chefes-fam%c3%adlia\\_ok.pdf](https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Pesquisa-SEADE_Mulheres-chefes-fam%c3%adlia_ok.pdf)>, acesso em 28 de abril de 2020.
- Góes, G. S., F. S. Martins e J. A. S. do Nascimento (2020a), “Potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo”, *ipea – Carta de Conjuntura*, (47). Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608\\_nt\\_cc47\\_teletrabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.pdf)>
- Góes, G. S., F. S. Martins e J. A. S. do Nascimento (2020b), “O teletrabalho no setor público e privado na pandemia: potencial versus evolução e desagregação do

efetivo”, ipea – Carta de Conjuntura, (48). Disponível em:  
<[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200804\\_cc\\_48\\_nt\\_teletrabalho.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200804_cc_48_nt_teletrabalho.pdf)>

Grecco, F. S., J. C. Furno e M. O. Teixeira (2018), “Por uma ciência econômica feminista”, *Temáticas*, 26, (52), pp. 11-22.

Guimarães, N. A., H. S. Hirata e K. Sugita (2011), “Cuidado e Cuidadoras: O Trabalho de Care no Brasil, França e Japão”, *Sociologia & Antropologia*, 1, (1), pp. 151-180.

Haraway, D. (1995), “Saberes localizados: a questão da ciência para o Feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, *Cadernos Pagu*, (5), pp 7-41.

Harding, S. (1998), “¿Existe un método feminista?”, in Bartra, E. (ed.), *Debates en torno a una metodología feminista*, Ciudad de México, Universidad Autónoma Metropolitana-Unidad Xochimilco, pp. 9-34.

Herrero, Y. (2014), “Economía ecológica y economía feminista: un dialogo necesario”, in Carrasco, C. (ed.), *Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política*, Madrid, La Oveja Roja, pp. 219-238.

Hill Collins, P. (1991), *Black feminist thought: knowledge, consciousness and politics empowerment*, Nova Iorque / Londres, Routledge.

Inada, A. K. (2018), *Quando a Unicamp falou sobre cotas: trajetória de militância do núcleo de consciência negra e da frente pró-cotas da Unicamp*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Faculdade de Educação – unicamp. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333078/1/Inada\\_AngelicaKimie\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/333078/1/Inada_AngelicaKimie_D.pdf)>, acesso em 15 de outubro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ibge (2018a), “Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica*, (38). Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>, acesso em 7 de maio de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ibge (2018b), “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018”, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, (39). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>, acesso em 18 de junho de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ibge (2019), “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019”, Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, (40). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>, acesso em 18 de junho de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ibge (2020a), “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - pnad Contínua”, Rio de Janeiro, ibge. Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desempenho](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desempenho)>, acesso em 27 de abril de 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – inep (2018), “Mulheres são maioria na Educação Superior brasileira”, Notícias, inep, 8 de março. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206)>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – inep (2019), “Censo da Educação Superior 2018: Divulgação dos Resultados”, Brasília,



Diretoria de Estatísticas Educacionais. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2019/apresentacao\\_censo\\_superior2018.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf)>, acesso 08 junho 2020.

Jasanoff, S (2020), “Science Will Not Come on a White Horse With a Solution. Entrevista de N. Arjini”, *The Nation*, 6 de abril. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/society/sheila-jasanoff-interview-coronavirus/>>, acesso em 20 de abril de 2020.

Keller, E. F. (1991), *Reflexiones sobre género y ciencia*, Valencia, Edicions Alfons El Magnànim.

Kuhn, T. (2003), *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo, Perspectiva.

Leventon, J., K. Roelich e I. Middlemiss (2019), “An academic mother’s wish list: 12 things universities need”, *Nature*, 14 de janeiro. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-019-00019-x>>, acesso em: 18 de maio 2020.

Lima, B. S. (2013), “O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física”, *Estudos Feministas*, 21, (3), pp. 883-903.

Machado, L.S. et al. (2019), “Parent in science: The impact of parenthood on the scientific career in Brazil”, *Proceedings of the 2nd International Workshop on Gender Equality in Software Engineering*, Nova Iorque, Institute of Electrical and Electronics Engineers, pp. 37–40.

Machado, M. H. (coord.) (2017), *Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final*. Volume i, Rio de Janeiro, fiocruz/cofen. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/perfilenfermagem/pdfs/relatoriofinal.pdf>>, acesso em 18 de junho de 2020.

Maffía, D. (2005), “Epistemología feminista: por otra inclusión de lo femenino en la ciencia”, in: Graf, N. B. e J. Flores (eds.), *Ciencia, Tecnología y Género en*

Iberoamérica, Ciudad de México, Centro Interdisciplinar en Ciencias y Humanidades, pp. 623–633.

Maffía, D. (2007), “Epistemología feminista: la subversión semiótica de las mujeres en la ciencia”, *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 12, (28), pp. 63-98.

Malisch, J.L. et al. (2020), “Opinion: In the wake of covid-19, academia needs new solutions to ensure gender equity”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117, (27), pp. 15378-15381.

Marsiaj, J. P. P. (2003), “Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil”, *Cadernos ael*, 10, (18/19), pp. 131-147.

Maia, B. R. e P. C. Dias (2020), “Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da covid-19”, *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37, e200067.

Disponível

em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395364604013>>

Marimon, A. S. e M. M. L. Tait (2019), “Caminhos para a sustentabilidade da vida: revisão teórica e diálogo com as práticas de mulheres coletoras da Rede de Sementes do Xingu”, *Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria*, xii, (2), pp. 220-237.

Merton, R. K. (1968), “The Matthew Effect in Science”, *Science*, 159, (3810), pp. 56-63.

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – mmfdh (2020), “Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena”, Brasília, mmfdh. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>>

- Mies, M. (1998), *Patriarchy & Accumulation on a World Scale: women in the international Division of labour*, Londres e Nova Iorque, Zed Books.
- Merchant, C. (1989), *The death of nature: women, ecology and the scientific revolution*, Nova Iorque, HarperCollins.
- Organization for Economic Cooperation and Development – oecd (2020), 'How have women's participation and fields of study choice in higher education evolved over time?', *Education Indicators in Focus*, (74). Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/731d5f4a-en>>
- Organização das Nações Unidas – onu (2020), "covid-19: ONU defende renda básica universal para combater desigualdade crescente", 6 de Maio. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/85716-covid-19-onu-defende-renda-basica-universal-para-combater-desigualdade-crescente>>, acesso em 22 de maio de 2020.
- Packer, A. L.; Mendonça, A (2020), "A via para os preprints (Parte 2): O Servidor de Preprints do scielo", *scielo em Perspectiva*. Disponível em: <<https://blog.scielo.org/blog/2020/03/09/a-via-para-os-preprints-parte-2/>>
- Parent in Science (2020a), "Alunos de pós-graduação: [...] estão conseguindo trabalhar de forma remota", imagem online. <<https://pt-br.facebook.com/parentinscience/photos/a.1433798003377584/2898527673571269/?type=3&theater>>, acesso em 8 de junho de 2020.
- Parent in Science (2020b), "Apenas 13% das alunas de pós-graduação com filhos estão conseguindo trabalhar na quarentena", imagem online. Disponível em: <<https://pt-br.facebook.com/parentinscience/photos/a.1433798003377584/2898527700237933/?type=3&theater>>, acesso em 8 de junho de 2020.
- Pérez Orozco, A. (2014), *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*, Madrid, Traficantes de Sueños.

- Picchio, A. (2012), "A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida", in Faria, N. e R. Moreno (orgs.), *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*, São Paulo, sof, pp. 13-28.
- Piscitelli, A. (2013), "Gênero em perspectiva", *Cadernos Pagu*, (11), pp. 141-155.
- Pontes, T. B. et al. (2019), "Mães acadêmicas: equilibrando os papéis de mães e pesquisadoras", *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 27, (4), pp. 687-690.
- Portocarrero, A. V. (2013), "Retos de la inclusión social en las instituciones de educación superior Vínculos entre interseccionalidad y justicia epistémica", in Zapata Galindo, M., S. García Peter e J. Chan de Avila (eds.), *La interseccionalidad en debate*, Berlin, Freie Universität Berlin / miseal, pp. 66-76.
- Puleo, A. H. (2011), *Ecofeminismo para otro mundo posible*, Madrid / Valência, Cátedra / Instituto de la Mujer – Universitat de València.
- Rossiter M. W. (1993), "The Matthew Matilda Effect in Science", *Social Studies of Science*, 23, (2), pp. 325-341.
- Sardenberg, C. Ma. B. (2002), "Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista?", in Costa, A. A. A. e C. Ma. B. Sardenberg (orgs.), *Feminismo, ciência e tecnologia*, Salvador, redor / neim-ffch – ufba, pp. 89-120.
- Sardenberg, C. Ma. S. (2010), "Women's Empowerment in Brazil: Tensions in discourse and practice", *Development*, 53, (2), pp. 232-238.
- Schiebinger, L. (2001), *O feminismo mudou a ciência?*, Bauru, edusc.
- Scott, J. W. (1990), "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação e Realidade*, 16, (2), pp. 71-99.
- Staniscuaski, F. et al. (2020), "Impact of covid-19 on academic mothers", *Science*, 368, (6492), p. 724.

- Souza, M. (2018), “2,2% dos professores da usp se autodeclaram pretos ou pardos”,  
Jornal da usp, 14 de novembro. Disponível em:  
<<https://jornal.usp.br/universidade/professores-da-usp-se-autodeclaram-pretos-ou-pardos/>>
- Tait, M. M. L. (2017), “Teorias e Práticas Feministas: algumas questões para pensar a política e a ciência feministas”, Movimento Ciência e Tecnologia Publica. Disponível em:  
<[https://ctpublica.files.wordpress.com/2017/11/artigo\\_marciatait.pdf](https://ctpublica.files.wordpress.com/2017/11/artigo_marciatait.pdf)>, acesso em 20 de maio de 2020.
- Tait, M. M. L. e V. J. Jesus (2016), “Outras economias e propostas de ética ambiental: diálogo entre feminismos e ações coletivas de mulheres rurais”, in Da Silva, L. F. (org.), Ciência e Tecnologia para a Transformação socioambiental, Jundiaí, Paco Editorial, pp. 1-27.
- Tait, M. M. L. e L. C. Gitahy (2017), “Diálogos entre epistemologias feministas, princípio do bem viver e contribuições éticas e epistêmicas de ações coletivas latino-americanas”, in Latin American Studies Association, Anais de xxxv Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos, Pittsburgh, lasa.
- Terranova, T. (2000) “Free labor producing culture for the digital economy”, Social Text, 18, (2 – 63), pp. 33-58.
- Tosi, L. (1998), “Mulher e ciência. A revolução científica, a caça às bruxas e a Ciência”, Cadernos Pagu, (10), pp. 369-397.
- Vasconcellos, B. e M. M. L. Tait (2016), “Fanny Tabak e os primeiros passos dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Gênero no Brasil”, Redes, 22, (43), pp. 13-32.
- Velho, L (1997), “A ciência e seu público”, Transinformação, 9, (3), pp. 15-32.

*Artículo recibido el 30 de junio de 2020*  
*Aprobado para su publicación el 3 de diciembre de 2020*